



destaques do mês

PAC 2 chega ao terceiro ano com 82% de obras concluídas

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) completa três anos com 82% das ações previstas para o período de 2011-2014 concluídas. Os empreendimentos atingiram R\$ 583 bilhões em obras de infraestrutura de energia, logística, social e urbana até 30 de dezembro de 2013. O resultado é 19% maior que o obtido no balanço anterior, de R\$ 488,1 bilhões. A execução global do programa chegou a R\$ 773 bilhões até 31 de dezembro de 2013, atingindo 76% do orçamento previsto para o período 2011-2014. A maior parte da execução do PAC foi referente ao setor habitacional. Foram destinados ao programa Minha Casa, Minha Vida R\$ 328 bilhões. Isso corresponde a 42% dos R\$ 773 bilhões empregados até o fim de 2013. A maior parte desse dinheiro, R\$ 254 bilhões, corresponde a financiamentos. No eixo de transportes, foram aplicados R\$ 43,8 bilhões, destinados a 3,1 mil km de rodovias concluídos em todo o País. O relatório registra obras em andamento em 6,9 mil km. A soma das duas parcelas - a concluída e aquela ainda em execução - dá aproximadamente 10 mil km. Só se terminou, portanto, uma fração correspondente a 31% das obras iniciadas no setor rodoviário. (20.02.2014 - Estadão)

Regime diferenciado de contratação frustra meta de redução de custos

O Regime Diferenciado de Contratação (RDC) não tem entregado o resultado prometido. O novo modelo conseguiu reduzir o prazo de contratação das obras em média, de 250 dias para algo em torno de 60 a 90 dias. Seu desempenho é frustrado, porém, quando se trata das metas de economia de custos que o Governo anunciou, prevendo redução de até 20% nos gastos das obras. Um balanço de 106 contratos de RDC realizados em 2013 pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT) aponta que o desembolso efetivamente realizado pela autarquia no ano passado (R\$ 7,3 bilhões) representa queda de apenas 6,5% sobre o valor inicialmente previsto. Se aplicada uma linha de corte que considere apenas os contratos com valores superiores a R\$ 100 milhões, essa margem cai ainda mais. Chega-se a um total de 19 contratações, as quais somaram R\$ 4,4 bilhões desembolsados. A lista de contratações do DNIT possui dezenas de casos onde é mínima a diferença entre valores previstos e pagos. Tome-se como exemplo a contratação integrada de estudos de engenharia, melhorias e duplicação de trechos das BRs 163 e 364, no Mato Grosso. A obra, que tinha orçamento de referência de R\$ 171,5 milhões, foi contratada por R\$ 171 milhões. No trecho carioca da BR-493, o custo para um pacote de ações similares foi estimado em R\$ 407,1 milhões - o contrato foi assinado por R\$ 405 milhões. Em Rondônia, a construção de uma ponte sobre o rio Madeira e demais obras associadas no trecho da BR-364 baseava-se em planilha de R\$ 128,5 milhões. O contrato foi assinado por R\$ 128 milhões. Uma das possíveis razões para as diferenças mínimas nos preços seria o fato de que, quando um pregão não recebe proposta de interessados com valor abaixo do

painel

■ ANEEL abre consulta pública sobre a regulamentação das interrupções de longa duração nos sistemas de distribuição

Foi aberta consulta pública sobre a regulamentação das interrupções de longa duração nos sistemas de distribuição, os mecanismos de publicidade das informações dessas interrupções e a definição de Interrupção em Situação de Emergência. As contribuições poderão ser enviadas até 23/mar/2014. Mais informações: www.aneel.gov.br

■ ANP abre audiência pública sobre GLP

Foi aberta audiência pública sobre a minuta de resolução que dispõe sobre regras de comercialização de GLP envasado. As contribuições poderão ser enviadas até 14/abr/2014. Mais informações: www.anp.gov.br

orçamento original, o órgão pode chamar a empresa que apresentou o menor custo e fazer uma negociação direta, com a perspectiva de que o lance caia e fique dentro do orçamento previsto. De acordo com o DNIT, a economia observada em 2013 foi de R\$ 1 bilhão. (26.02.2014 - Valor Econômico)

Hidrelétrica vai a leilão em março

O leilão da hidrelétrica Três Irmãos, em São Paulo, foi marcado para 28 de março. O edital de licitação foi aprovado ontem pela Aneel. É o primeiro leilão de uma usina construída --até agora, houve leilões de usinas novas. A Três Irmãos --que já está em funcionamento-- pertence à Cesp, que em 2012 não aceitou renovar o contrato de concessão. (26.02.2014 - Folha de São Paulo)

Eletrobras adia venda de distribuidoras

O Governo decidiu adiar para 2014 a venda das distribuidoras da Eletrobras. As seis empresas que pertencem ao grupo acumulam uma dívida superior a R\$ 938 milhões, segundo dados de 2013 --que levam em consideração apenas o período de janeiro a setembro do ano passado. Dados do último trimestre ainda não foram divulgados. Em 2012, essas empresas fecharam o ano com um saldo negativo de R\$ 1,3 bilhão. Esse conjunto de distribuidoras atende consumidores do Amazonas, do Piauí, de Alagoas, de Roraima, do Acre e de Rondônia. A Eletrobras vem há anos monitorando as perdas das elétricas e chegou a incluir como meta em seu plano estratégico a "realização do saneamento e equilíbrio econômico-financeiro" dessas companhias. Além da melhoria dos serviços prestados, o objetivo é reduzir perdas de energia e índices de inadimplência. Mas a decisão, segundo a própria Eletrobras, cabe ao "acionista majoritário", ou seja, ao Governo Federal --que, neste momento, decidiu por não tratar do assunto. Os contratos da maioria das empresas vencem em 2015. O adiamento está diretamente relacionado ao processo eleitoral. Para o Governo, o tema é delicado e não deve ser decidido em um ano tão sensível e importante para a Presidente Dilma Rousseff. (26.02.2014 - Folha de São Paulo)

Dnit acumula 12% de obras paradas, revela auditoria

O Tribunal de Contas da União - TCU passou um pente-fino nos contratos de manutenção de rodovias federais administrados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT). A auditoria apontou que, de um total de 1.145 obras sob responsabilidade da autarquia do Ministério dos Transportes, 134 estavam paralisadas. Esses contratos parados, que equivalem a 12% do total de empreendimentos tocados pelo DNIT, somam investimentos de mais de R\$ 2,2 bilhões. O levantamento do órgão de fiscalização se baseia em informações coletadas entre maio e novembro do ano passado. No relatório, os auditores afirmam que foram necessários 112 dias de espera para obter os dados, o que ocorreu após uma sucessão de contatos, reuniões e ofícios de requisição. "Essa dificuldade incomum na obtenção de informações do DNIT indica que a autarquia apresenta problemas no controle das obras paralisadas, bem como em relação à gestão dos motivos que conduziram às paralisações", afirma o TCU. Na tentativa de mapear quais as razões que levaram à paralisação dos contratos, o Tribunal conferiu os empreendimentos um a um.

Em 31% dos casos, afirma o TCU, o DNIT simplesmente deixou de apresentar justificativas objetivas. As falhas recorrentes em projetos básicos e executivos de engenharia foram reveladas em 27% dos contratos, enquanto pendências administrativas que dependem de decisões do próprio DNIT foram as causas verificadas em 20% das obras. As dificuldades de licenciamento ambiental, que geralmente costumam ser citadas para explicar a maior parte dos atrasos de obras de infraestrutura, foram a razão de paralisações em apenas 9% dos contratos com obras interrompidas. Outros 11% se dividem em problemas com desapropriações, pendências judiciais, descompasso com serviços de outros contratos e liberação de recursos do orçamento. Em apenas dois casos, concluiu o TCU, as paralisações ocorreram por intervenção direta do Tribunal. (11.02.2014 - Estado de São Paulo)

Atrasada, Jirau já custa quase o dobro

A Hidrelétrica de Jirau, a segunda usina do Complexo do Rio Madeira, leiloada em 2008, está atrasada em mais de um ano e o volume de investimento quase dobrou, de cerca de R\$ 9 bilhões para R\$ 17,4 bilhões. Essa diferença, de R\$ 8,4 bilhões, comprometeu de forma expressiva o retorno do empreendimento. Logo após o leilão, os vencedores da disputa haviam prometido economizar R\$ 1 bilhão e antecipar sua operação em um ano. Não fosse uma decisão judicial, a situação da hidrelétrica, de 3,8 mil MW, seria ainda pior. Como o início de operação estava previsto para 2013, ela teria de comprar energia no mercado livre - cujo Mega Watt hora está em R\$ 822 - para honrar os contratos. A liminar conseguida na Justiça desobriga a empresa Energia Sustentável do Brasil, responsável pelo empreendimento, de fazer essa operação. A empresa entrou com recurso na Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel para suspender as penalidades pelos atrasos na obra. O diretor da Agência reguladora, José Jurhosa, afirmou que o pedido ainda está em análise e não tem data para ser votado. Pelas novas regras, se ficar provado que fatores externos atrapalharam o andamento da obra, a concessionária não será punida. A principal explicação para o descumprimento do cronograma foram os conflitos no canteiro de obras, ocorridos em 2011 e 2012. Além dos episódios no canteiro de obras, outros eventos entraram na lista para explicar o descumprimento do cronograma, como o atraso na concessão da licença de instalação e greve na Receita Federal, que atrasou a liberação de máquinas. (24.02.2014 - Estadão)

Governo muda regras para usinas eólicas

O Governo decidiu aliviar a pressão sobre as usinas eólicas e suspendeu as regras impostas sobre a capacidade de geração desses empreendimentos. A decisão, tomada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, diz respeito à oferta de energia que essas usinas tinham de garantir nos horários de pico de consumo do País. Pelas regras do setor elétrico, qualquer gerador, seja qual for a fonte de energia, é obrigado a ter uma reserva de geração em sua estrutura. Essa margem de segurança funciona como um "seguro", que pode ser acionado para garantir a oferta, se necessário. No caso das eólicas, valia a mesma condição imposta às hidrelétricas, ou seja, cada parque eólico tinha de garantir que possuía, em sua estrutura, uma energia equivalente a 1,5 vez a sua geração lançada no sistema. Se não tivesse condições de garantir essa margem de segurança, era obrigada a buscar essa geração extra no mercado, para repor

a diferença. Além disso, seria multada por não cumprir uma regra estipulada em contrato. A Aneel suspendeu a exigência sobre as eólicas. Com a decisão, as usinas de vento estão isentas de multas e não têm mais obrigação de contratar energia de reposição. (19.02.2014 - Valor Econômico)

Tarifa de fixo para móvel cai 13% em março

A mudança nos preços decorre da redução das tarifas de remuneração das redes móveis, que vem sendo conduzida pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel. Com isso, o preço médio das ligações locais de fixo para móvel cairá de R\$ 0,45 para R\$ 0,39. Novas reduções de valores estão previstas para 2015. (25.02.2014 - Folha de São Paulo)

Obra de linha de Belo Monte inicia em 2015, diz State Grid

A empresa chinesa State Grid, líder do consórcio vencedor da concorrência para a construção da linha de transmissão de Belo Monte, pretende dar início à obra em agosto de 2015. Até lá, o Presidente da Empresa no Brasil, Cai Hongxian, espera ter em mãos as licenças ambientais do empreendimento, que terá extensão de 2 mil km. O investimento previsto na obra é de R\$ 4,5 bilhões e a State Grid possui 51% do consórcio. Furnas e Eletrobras têm 24,5% cada uma. (19.02.2014 - Valor Econômico)

Plano de investimentos da Petrobras encolhe 6,8% até 2018

A Petrobras anunciou seu Plano de Negócios 2014/2018, que prevê queda de 6,8% nos investimentos frente ao planejamento para o período 2013/2017. Até 2018, a Companhia prevê investir US\$ 220,6 bilhões, contra US\$ 236,7 bilhões do plano anterior. A área de exploração e produção - E&P vai receber 70% do valor (US\$ 153,9 bilhões), contra 62,3% do plano anterior (US\$ 147,5 bi). Já para a área de abastecimento, que inclui as refinarias, serão direcionados US\$ 38,7 bilhões (18% do total), menos que os US\$ 64,8 bilhões do plano anterior. Na área internacional, os investimentos quase dobraram: passaram de US\$ 5,1 bilhões para US\$ 9,9 bilhões. (26.02.2014 - O Globo)

Estudo aponta baixa produtividade em obras de construção no setor de petróleo

As obras de construção e montagem para a indústria de petróleo e gás no Brasil têm índices de produtividade baixos, de apenas 30%. O percentual indica que os trabalhadores envolvidos na montagem e construção de plataformas e refinarias, por exemplo, produzem durante somente cerca de um terço do tempo. No período restante da jornada de trabalho, os funcionários estão parados à espera de ferramentas, ou se deslocando nos canteiros de obras. O levantamento foi realizado pelo Centro de Excelência em EPC (CE-EPC), instituição sem fins lucrativos que busca melhorar as condições de competitividade do setor. (26.02.2014 - Valor Econômico)

1. Energia Elétrica

1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

Previsão para Entrada em Operação (MW)

de 15 de fevereiro de 2014 até 31 de dezembro de 2018

Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2014	2015	2016	2017	2018	Σ
Conservador	3.705	3.644	4.755	3.931	3.667	19.701
Otimista	3.705	3.644	4.755	3.931	3.667	19.701

Usinas Termelétricas (UTE)*						
Cenário	2014	2015	2016	2017	2018	Σ
Conservador	1.700	425	0	50	1.405	3.580
Otimista	1.825	561	100	60	2.055	4.601

Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2014	2015	2016	2017	2018	Σ
Conservador	4.061	1.315	51	0	0	5.427
Otimista	4.212	4.697	1.399	685	180	11.173

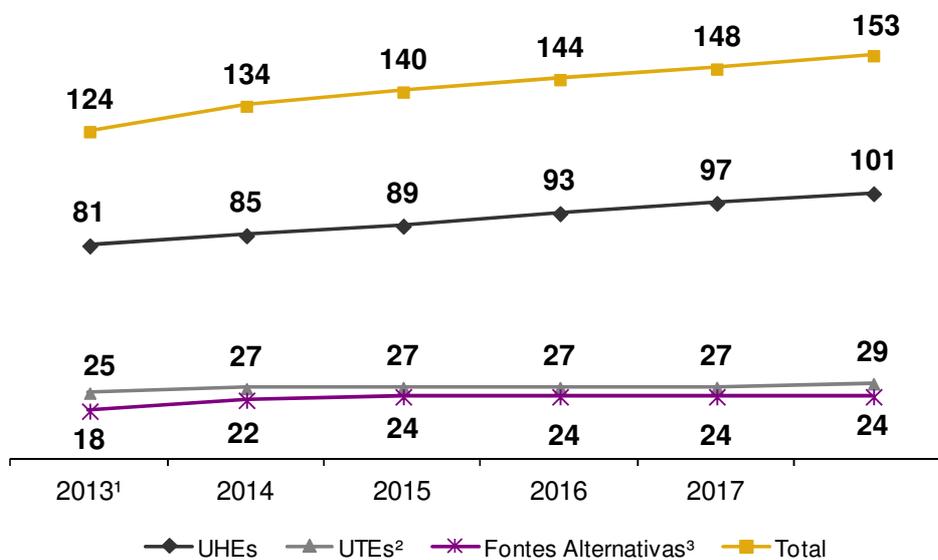
Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2014	2015	2016	2017	2018	Σ
Conservador	9.467	5.383	4.806	3.981	5.072	28.708
Otimista	9.742	8.902	6.254	4.676	5.902	35.475

Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)
 Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação
 Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, aumento de 3,4% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de fevereiro de 2014 e 31 de dezembro de 2018.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de 35,5 mil MW no período 2014-2018. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 4,5% ao ano.

Previsão da Capacidade Instalada* (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

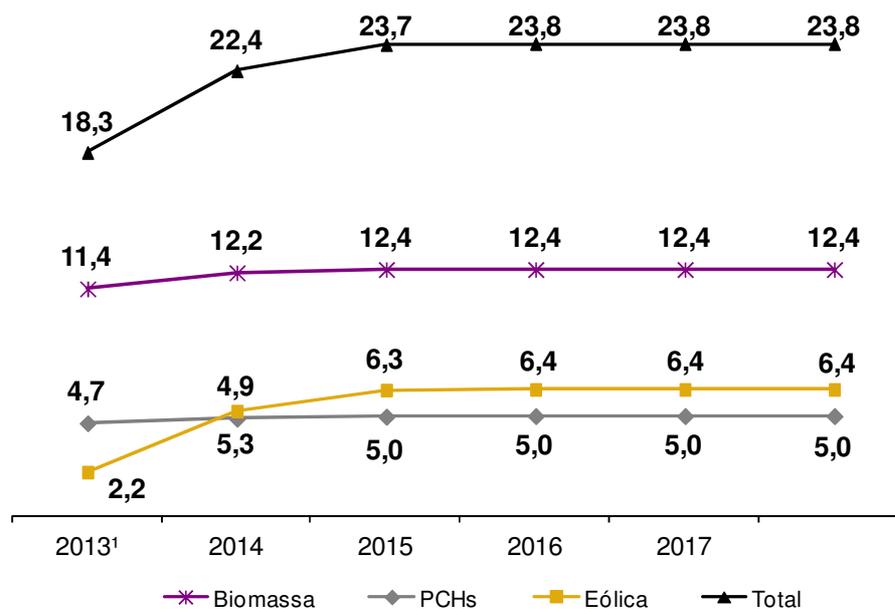
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2013.

² UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.

³ PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.

* Exclui Centrais Nucleares.

Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

¹ Capacidade Instalada em 31/12/2013.

Entre 2013 e 2018, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 24,5% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento da geração térmica (UTES), também no cenário conservador, deve ser de 14,3% no mesmo período. Em dezembro de 2013, a participação das UHEs foi de 65% na matriz elétrica nacional e deve aumentar para 66% até 2018. A participação na capacidade total instalada das UTES deve cair de 20% em 2013 para 19% em 2018.

A participação das usinas térmicas à biomassa deve cair de 9% para 8% e das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve reduzir de 4% para 3% em 2018.

A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas na capacidade total instalada, em 2018, passará de 2% para 4%.

A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2014, é superior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 7,8% e 2,1%.

1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

A previsão otimista prevê a entrada em operação de 19,7 mil MW de UHEs até 2018. No cenário conservador, a mesma quantidade deve entrar em operação até 2018.

Em relação às termelétricas, prevê-se alta capacidade para entrada em operação no cenário otimista, de 4,6 mil MW até 2018, sendo que cerca de 3,6 mil MW (78%) não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

Nas primeiras semanas de fevereiro deste ano altas vazões verificadas na bacia do Rio Madeira provocaram elevação do nível a jusante da usina de Santo Antônio, com perda de altura de queda e conseqüentemente redução de potência na usina. Dessa forma, foi mantido em operação o 1º Bipolo, na configuração monopolar, em paralelo com o transformador provisório, com a estação Back-to-Back desligada.

Na segunda quinzena do mês de fevereiro verificou-se nova elevação do nível a jusante da usina de Santo Antônio agravando a redução da queda e levando ao desligamento de toda a usina. Assim, a contribuição do Complexo Madeira, para atendimento aos Estados do Acre e Rondônia, foi realizada através do transformador provisório 500/230 kV – 465 MVA escoando a geração da usina de Jirau. A usina termelétrica Termonorte II foi despachada em função das condições energéticas observadas no País neste início de ano. Vale ressaltar que a usina de Jirau já conta com quatro unidades em operação comercial.

Em virtude da cheia histórica que atinge o Rio Madeira, a usina de Santo Antônio teve que paralisar totalmente todas as suas turbinas em operação. Esta medida visa prover mais segurança às comunidades ribeirinhas já atingidas por esta cheia.

1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 355 MW de potência adicional até 2018. Já no cenário otimista, até 2018, devem entrar em operação um total de 1,9 mil MW.

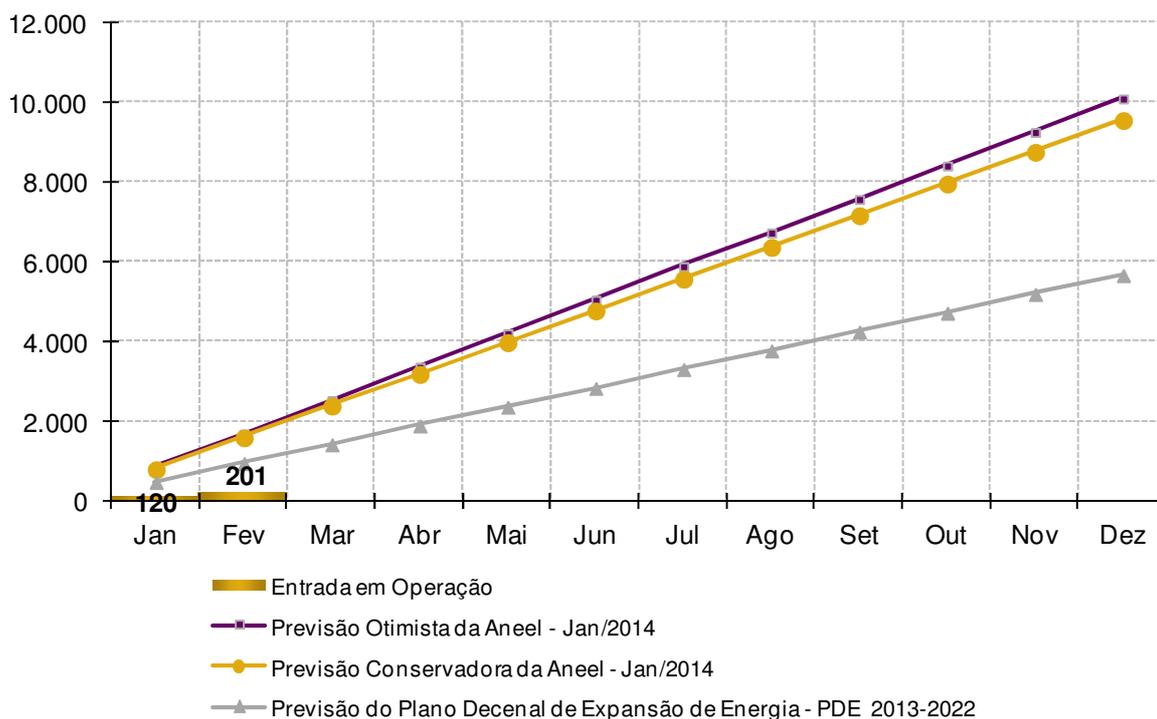
As usinas a biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 967 MW até 2018. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 1,8 mil MW para o mesmo período.

Apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação de eólicas no cenário otimista de 7,5 mil MW, apenas 55% da potência (4,1 MW) não apresenta restrições para entrada em operação até 2018.

1.1.3. Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

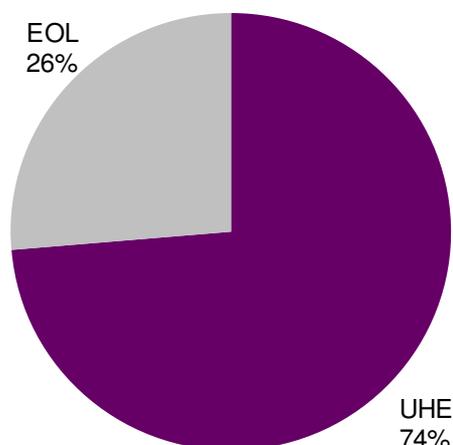
Expansão da Capacidade de Geração em 2014 (MW)
De 1º de janeiro a 15 de fevereiro de 2014



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.

Em 2014, até 15 de fevereiro, entraram em operação 201 MW. Desse total, as UHEs representaram 74% da potência total que entrou em operação. As EOL representaram 26% da capacidade instalada no período.

Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%) De 1º de janeiro a 15 de fevereiro de 2014



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

Até o fechamento desta edição, a Empresa de Pesquisa Energética não havia divulgado os dados de consumo de energia elétrica. Seguem as últimas informações disponíveis.

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em dezembro de 2013, 39.598 GWh, apresentando um valor 5% superior ao observado em dezembro de 2012 e um valor 3% superior no acumulado do ano.

O consumo industrial de energia elétrica foi de 15.301 GWh, valor 3% superior ao observado no mesmo mês de 2012. No acumulado do ano, o consumo foi similar ao observado no mesmo período do ano anterior. O consumo industrial de energia elétrica representou 39% do total fornecido a consumidores livres e cativos em dezembro de 2013.

De acordo com a EPE, o consumo de energia elétrica em 2013 atingiu taxas de crescimento modestas refletindo a baixa atividade de setores eletrointensivos. A retração da produção de alumínio e da extração de minério de ferro representou o maior impacto no baixo crescimento observado.

Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Dezembro 2012	Dezembro 2013	Var. %	Jan-Dez 2012	Jan-Dez 2013	Var. %
Residencial	10.133	10.675	5	117.612	124.862	6
Industrial	14.839	15.301	3	183.707	184.276	0
Comercial	7.080	7.585	7	79.266	83.709	6
Outras	5.712	6.037	6	67.816	70.432	4
Total	37.764	39.598	5	448.401	463.279	3

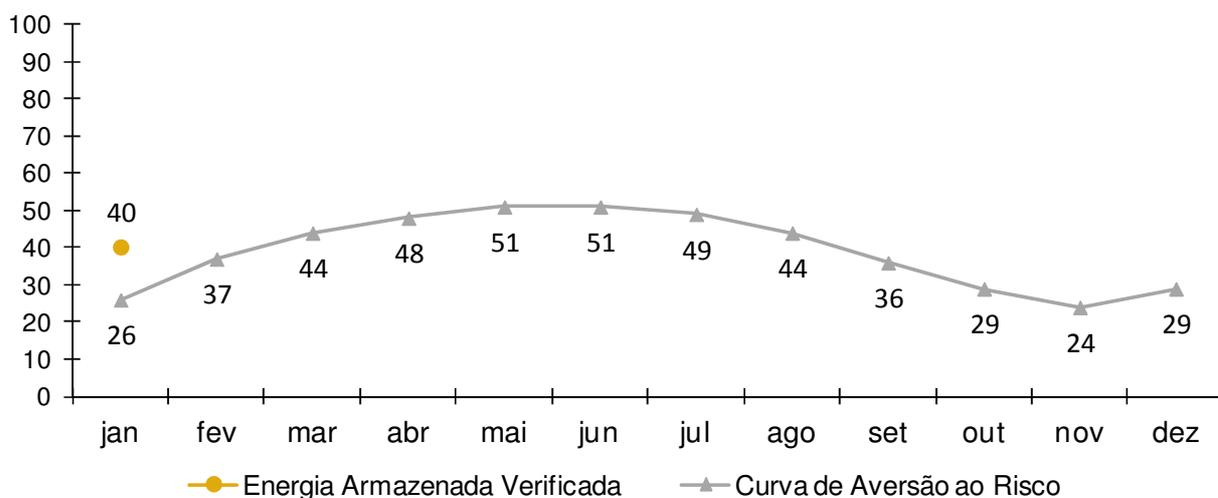
Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

1.3. Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada (ONS)

As Curvas de Aversão a Risco estabelecem níveis de energia armazenada, vale dizer, requisito mínimo de armazenagem de energia, em base mensal, adotados como referência de segurança para o atendimento do Sistema Interligado Nacional. Para garantir o atendimento ao mercado e assegurar a capacidade de recuperação dos reservatórios, os níveis de armazenamento do reservatório equivalente de uma Região devem ser mantidos sempre acima dessa curva.

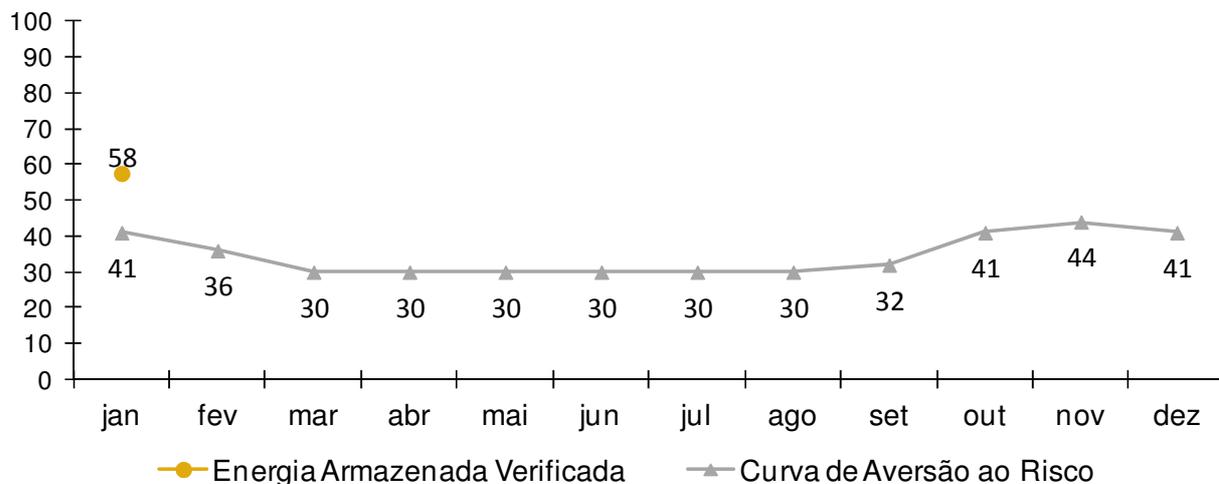
Em janeiro de 2014, a energia armazenada verificada aumentou em quase todas as Regiões com exceção da Região Sudeste/Centro-Oeste onde caiu de 43% para 40%. Ou seja, essas Regiões apresentam indícios de que a capacidade dos reservatórios pode não ser suficiente para atender a demanda no período de seca, deficiência que deve ser suprido por importações de energia dos outros subsistemas ou por acionamento de termelétricas.

Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2014 Sudeste e Centro-Oeste (%)



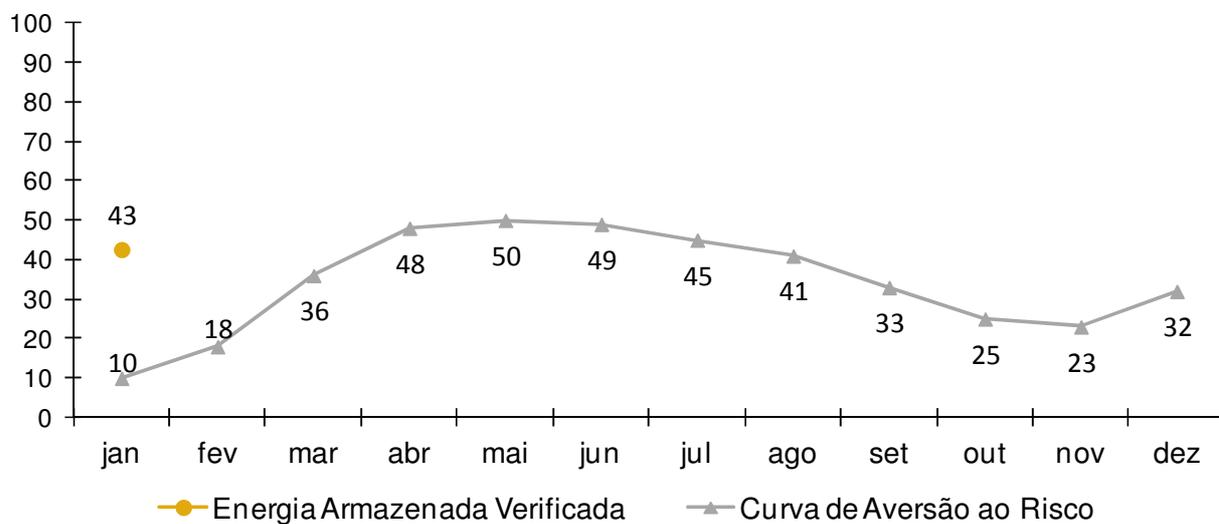
Fonte: Elaboração própria com dados do ONS.

Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2014 Sul (%)



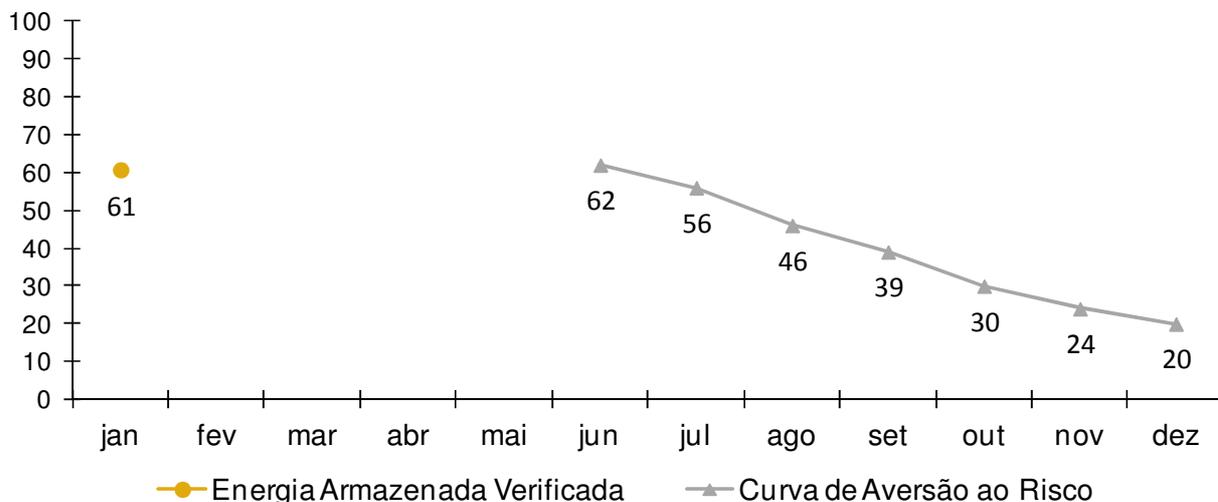
Fonte: Elaboração própria com dados do ONS.

Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2014 Nordeste (%)



Fonte: Elaboração própria com dados do ONS.

Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2014 Norte* (%)



Fonte: Elaboração própria com dados do ONS.

* A Curva Bianaual de Aversão a Risco proposta para a Região Norte considera a hipótese de ocorrência das afluições do pior ano do histórico de Tucuruí para o Subsistema Norte – 1963. Aplicação da curva limitada ao período junho-dezembro de cada ano.

1.4. Preço de Liquidação das Diferenças (CCEE)

O Preço de Liquidação das Diferenças - PLD é utilizado para valorar a compra e a venda de energia no mercado de curto prazo. O PLD é um valor determinado semanalmente para cada patamar de carga com base no custo marginal de operação, limitado por um preço máximo e mínimo vigentes para cada período de apuração e para cada submercado. Os intervalos de duração de cada patamar são determinados para cada mês de apuração pelo ONS e informados à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para que sejam considerados no sistema de contabilização e liquidação. Em 2014, o PLD mínimo e máximo são, respectivamente, R\$ 15,62 e R\$ 822,83/MWh.

Na quarta semana de fevereiro, o PLD variou entre R\$ 152,08 e R\$ 822,83/MWh, o valor máximo previsto pela CCEE. Em comparação a semana anterior, o PLD apresentou queda somente nas cargas média e leve da Região Norte. O valor máximo observado nas Regiões Sudeste/Centro-Oeste foi influenciado pelo baixo nível de armazenamento dos reservatórios observado em janeiro e em fevereiro de 2014.

Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh)
Semana 4 - Fevereiro 2014 (Período: 21/02/2014 a 28/02/2014)

Tensão	Sudeste/Centro-Oeste	Sul	Nordeste	Norte
Pesada	822,83	822,83	732,99	612,71
Média	822,83	822,83	732,99	160,61
Leve	822,83	822,83	725,22	152,08

Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE.

O cálculo da média mensal do PLD por submercado considera os preços semanais por patamar de carga - leve, médio e pesado, ponderado pelo número de horas em cada patamar e em cada semana do mês, para todas as Regiões.

O mês de fevereiro de 2014 apresentou um PLD entre R\$ 452,44/MWh e R\$ 822,83/MWh. Esses valores representaram aproximadamente o triplo dos preços observados em fevereiro de 2013 no mercado atacadista.

Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh)
Mensal

Região	Fevereiro 2014	Fevereiro 2013	Variação (%)
Sudeste/Centro-Oeste	822,83	214,5	283,5
Sul	822,83	214,5	283,5
Nordeste	755,90	212,6	255,6
Norte	452,44	212,6	112,8

Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE.

2. Petróleo

2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

Até o fechamento desta edição, a Agência Nacional do Petróleo não havia divulgado dados de produção, comércio exterior e processamento de petróleo. Seguem as últimas informações disponíveis.

A produção nacional de petróleo, no mês de dezembro de 2013, foi de 68 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), volume similar ao produzido no mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, a produção de petróleo foi 2% inferior.

O grau API médio do petróleo produzido em dezembro de 2013 foi de aproximadamente 24,6°, sendo que 11% da produção foi considerada óleo leve (maior ou igual a 31°API), 60% foi considerada óleo médio (entre 22°API e 31°API) e 29% foi considerado óleo pesado (menor que 22°API).

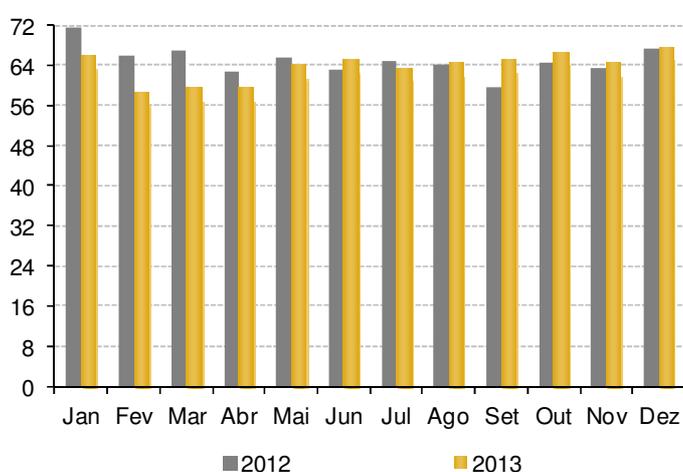
O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em dezembro de 2013, foi de 63 milhões de bep. Esse volume foi 1% superior ao observado em dezembro de 2012. No acumulado do ano, o processamento foi 6% superior.

De acordo com a ANP, em dezembro de 2013, cerca de 92% da produção de petróleo do Brasil foi extraída de campos marítimos.

O volume de petróleo exportado pelo País, em dezembro de 2013, foi de 20 milhões de bep, valor 16% inferior ao exportado em dezembro de 2012. No acumulado do ano, a queda foi de 31%. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), os motivos para o recuo das vendas externas do petróleo são queda na produção e aumento do consumo interno do produto.

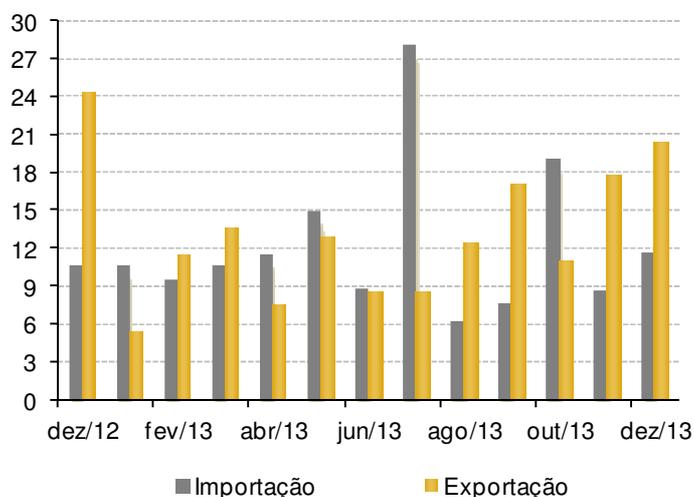
O preço médio do petróleo importado pelo País, em novembro de 2013, foi de US\$ 119,93/barril, valor 1% superior ao observado em dezembro de 2012.

Produção Nacional de Petróleo
(milhões bep)



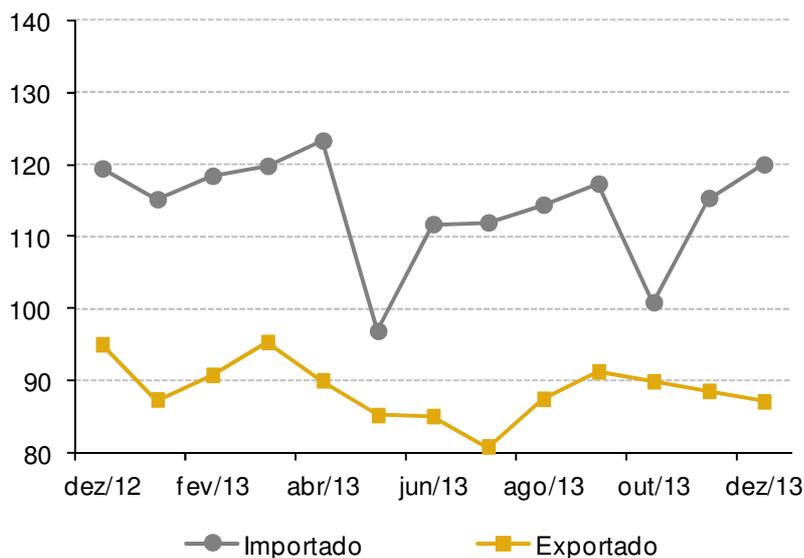
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação vs. Exportação de Petróleo
(milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado (US\$ FOB/barril)



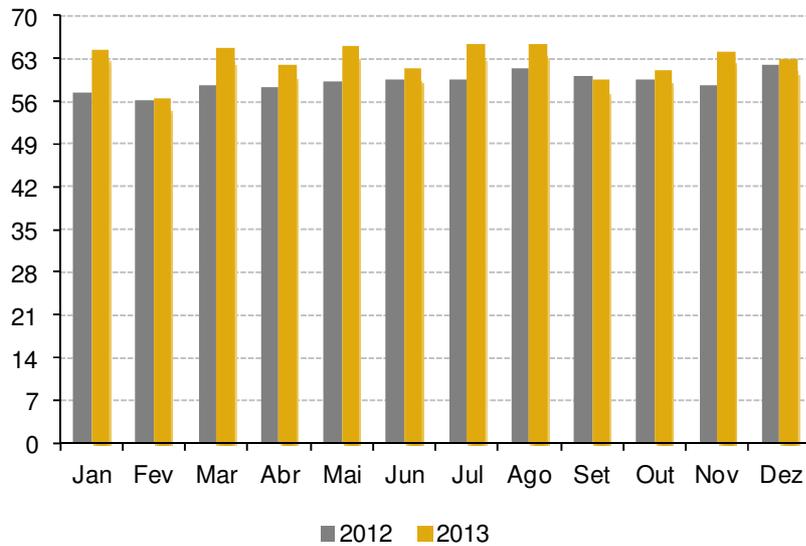
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

Até o fechamento desta edição, a Agência Nacional do Petróleo não havia divulgado dados de produção e comércio exterior de derivados de petróleo. Seguem as últimas informações disponíveis.

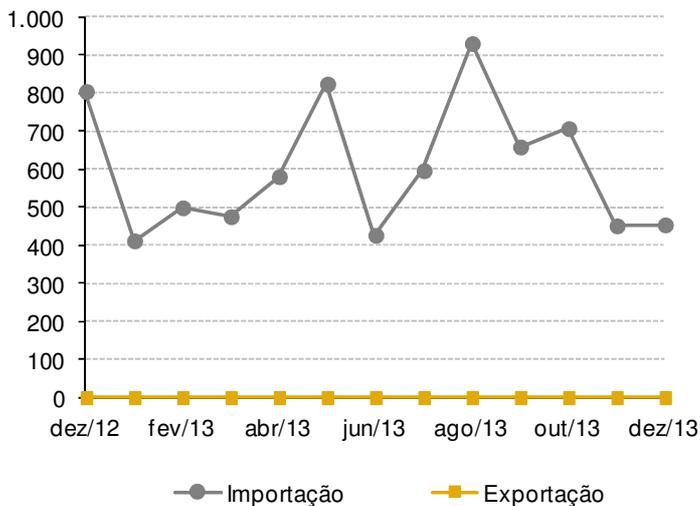
Em dezembro de 2013, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 63 milhões bep (1 bep equivale a 0,15 m³), volume 1% superior ao produzido em dezembro de 2012. No acumulado do ano, o crescimento foi de 6%.

Produção de Derivados de Petróleo (milhões bep)



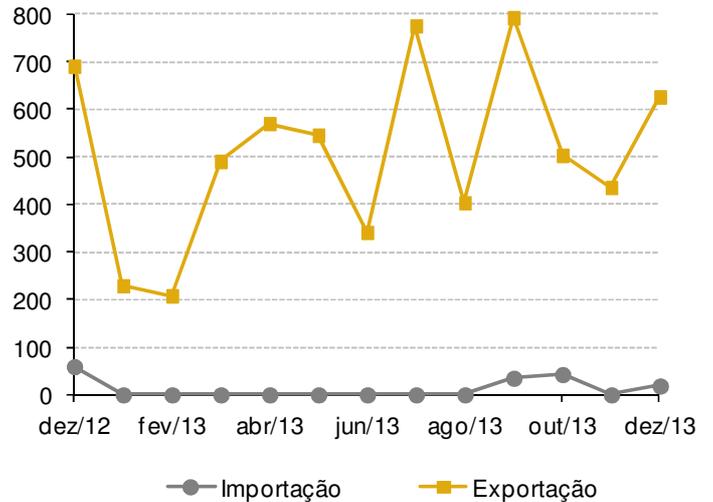
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Nafta (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Óleo Combustível (mil m³)

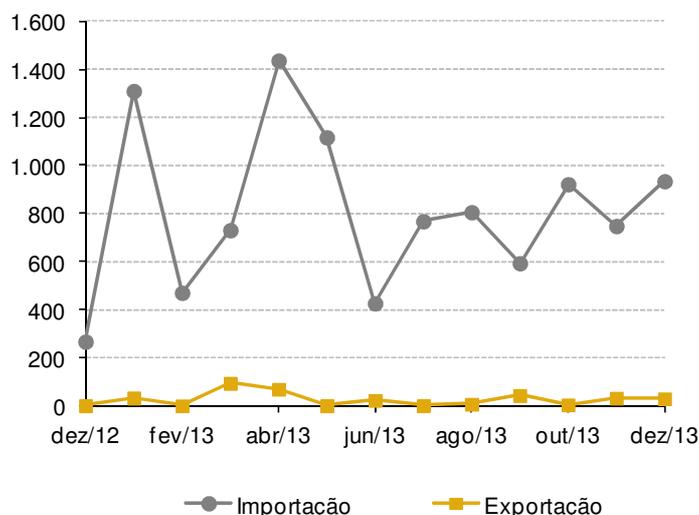


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

A importação de derivados de petróleo, em dezembro de 2013, foi de 14 milhões bep, valor 34% superior ao registrado em dezembro do ano anterior. No acumulado do ano, a importação de derivados de petróleo apresentou um crescimento de 13%.

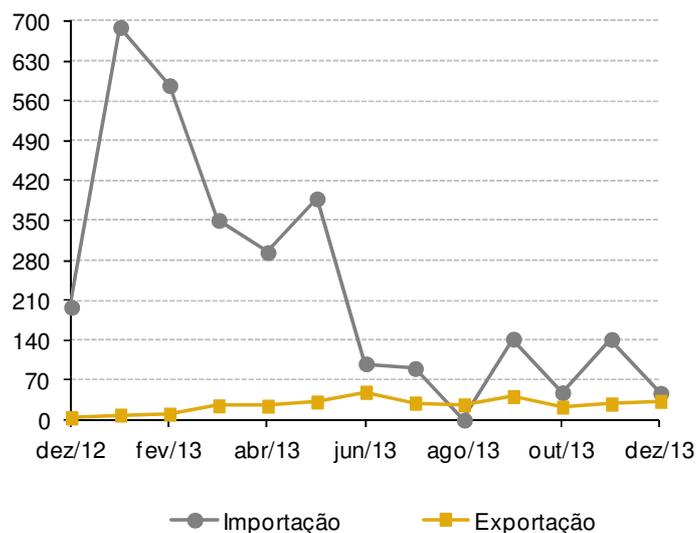
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em dezembro de 2013, foi constatado um total de 8 milhões bep, o que representa um volume 7% inferior ao mesmo mês de 2012. O volume foi 5% inferior na análise do acumulado do ano comparada ao mesmo período do ano anterior.

Importação e Exportação de Óleo Diesel (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Gasolina (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.3. Dependência Externa (ANP).

Até o fechamento desta edição, a Agência Nacional do Petróleo não havia divulgado dados de dependência externa. Seguem as últimas informações disponíveis.

Em dezembro de 2013, o Brasil registrou uma dependência externa negativa de 4% na balança comercial de petróleo e derivados. Em outras palavras, a exportação de petróleo e derivados foi 3 milhões de bep superior à importação de petróleo e derivados frente a um consumo aparente de 65 milhões de bep. Em dezembro de 2012, a dependência externa foi negativa em 22%. No acumulado do ano de 2013, foi observada uma dependência de 10%. No mesmo período do ano anterior, a dependência havia sido negativa em 4%.

Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	Dezembro/2012	Jan-Dez/2012	Dezembro/2013	Jan-Dez/2013
Produção de Petróleo (a)	68	781	68	765
Imp. Líq. de Petróleo (b)	-14	-98	-9	0
Imp. Líq. de Derivados (c)	2	58	6	83
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	56	741	65	848
Dependência Externa (e)=(d-a)	-12	-40	-3	83
Dependência Externa (%) (e)/(d)	-22	-5	-4	10

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.4. Balança Comercial (ANP).

Até o fechamento desta edição, a Agência Nacional do Petróleo não havia divulgado dados de balança comercial de petróleo e derivados. Seguem as últimas informações disponíveis.

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em dezembro de 2013, apresentou saldo de US\$ -426 milhões FOB. Ou seja, o Brasil importou US\$ 426 milhões FOB a mais do que exportou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo havia sido negativo em US\$ 467 milhões FOB. No acumulado do ano, a balança comercial de petróleo e derivados apresentou saldo negativo de US\$ 13 bilhões FOB.

Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

	Dezembro/2012	Jan-Dez/2012	Dezembro/2013	Jan-Dez/2013
Petróleo				
Receita com exportação (a)	2.311	20.306	1.771	12.957
Dispêndio com importação (b)	1.264	13.448	1.385	16.463
Balança Comercial (c)=(a-b)	1.047	6.857	386	-3.507
Derivados				
Receita com exportação (d)	856	10.827	778	9.942
Dispêndio com importação (e)	1.167	18.151	1.590	19.600
Balança Comercial (f)=(d-e)	-311	-7.324	-812	-9.659
Petróleo e Derivados				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	3.167	31.133	2.549	22.898
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	2.430	31.600	2.975	36.064
Balança Total (i)=(g)-(h)	737	-467	-426	-13.165

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

3. Biocombustíveis

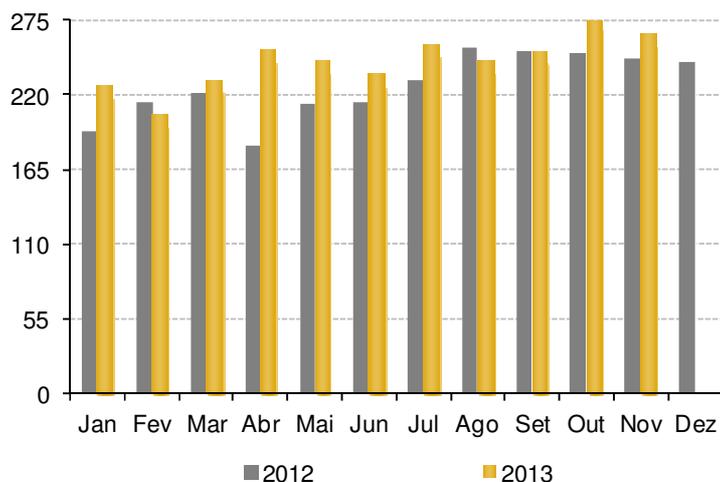
3.1. Produção de Biodiesel (ANP).

Até o fechamento desta edição, a Agência Nacional do Petróleo não havia divulgado dados de produção de biodiesel. Seguem as últimas informações disponíveis.

A produção nacional de biodiesel, em novembro de 2013, foi de 265 mil m³, montante 8% superior ao produzido em novembro de 2012. No acumulado do ano, a produção foi 9% superior.

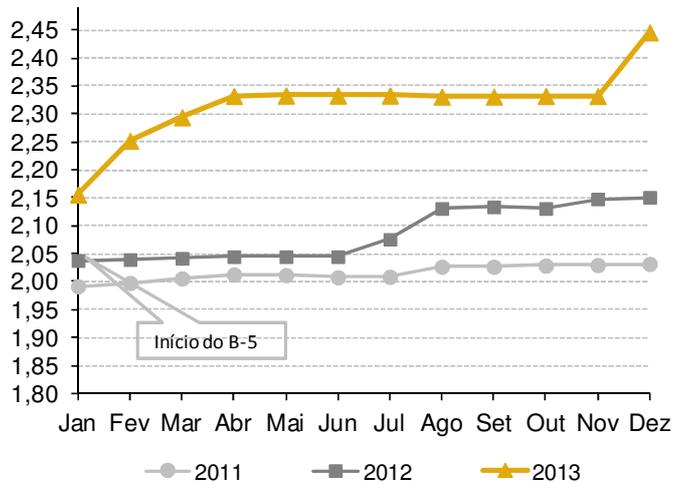
O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em dezembro de 2013, foi de R\$ 2,45/ℓ, valor 14% superior ao observado em dezembro de 2012.

Produção de Biodiesel
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Diesel B5
(R\$/ℓ)*



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

* B2,B3,B4,B5: respectivamente, 2%,3%,4%,5% de biodiesel no óleo diesel

3.2. Álcool

3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2013/2014 produziu, até o dia 31 de janeiro de 2013, 27.366 mil m³ de álcool, sendo 15.802 mil m³ referentes à produção de álcool etílico hidratado (58%). Em relação ao mesmo período da safra 2012/2013, houve um aumento de 16% na produção de álcool hidratado no mesmo período.

A produção total de álcool foi 18% superior em relação ao mesmo período da safra anterior, com aumento na produção do álcool anidro e álcool hidratado.

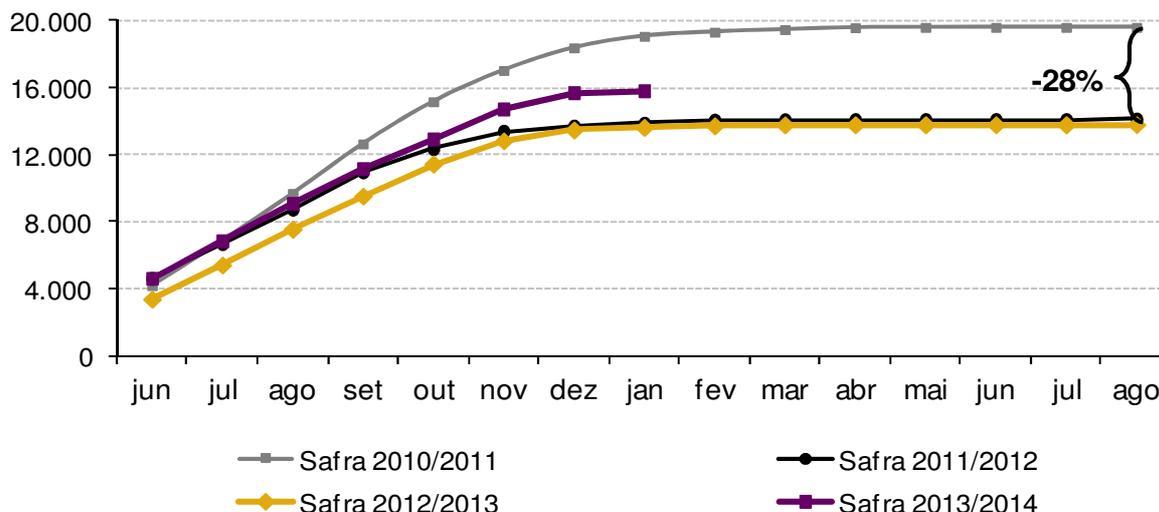
A produção de açúcar apresentou queda. Até 31 de janeiro de 2013, produziu-se 37 milhões de toneladas de açúcar, volume 3% inferior ao observado no mesmo período da safra 2012/2013.

Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2012/2013 (até 31 de janeiro de 2012)	Safra 2013/2014 (até 31 de janeiro de 2013)	Variação (%)
Álcool Anidro (mil m ³)	9.553	11.564	21
Álcool Hidratado (mil m ³)	13.609	15.802	16
Total Álcool (mil m³)	23.162	27.366	18
Açúcar (mil ton)	37.616	36.539	-3

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

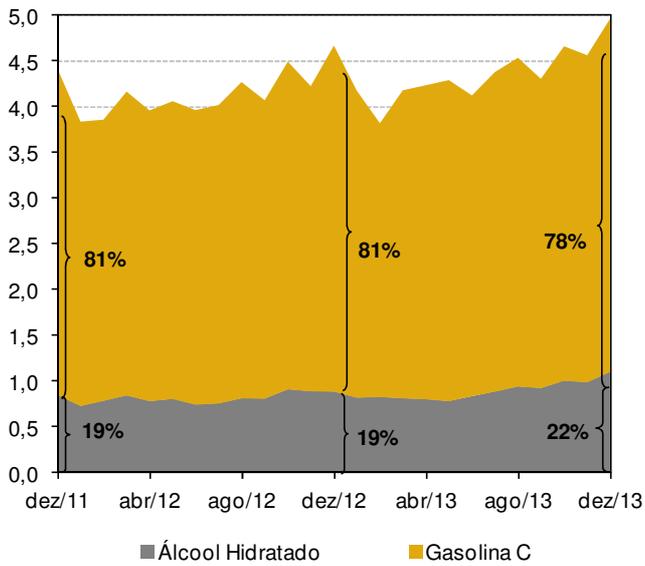
Até o fechamento desta edição, a Agência Nacional do Petróleo não havia divulgado dados de vendas de álcool etílico hidratado. Seguem as últimas informações disponíveis.

As vendas de álcool etílico hidratado foram de 1,1 milhão m³ em dezembro de 2013. Esse número representa um aumento de 24% em relação ao volume vendido em dezembro de 2012. No acumulado do ano, as vendas foram 10% superiores às ocorridas no mesmo período do ano anterior.

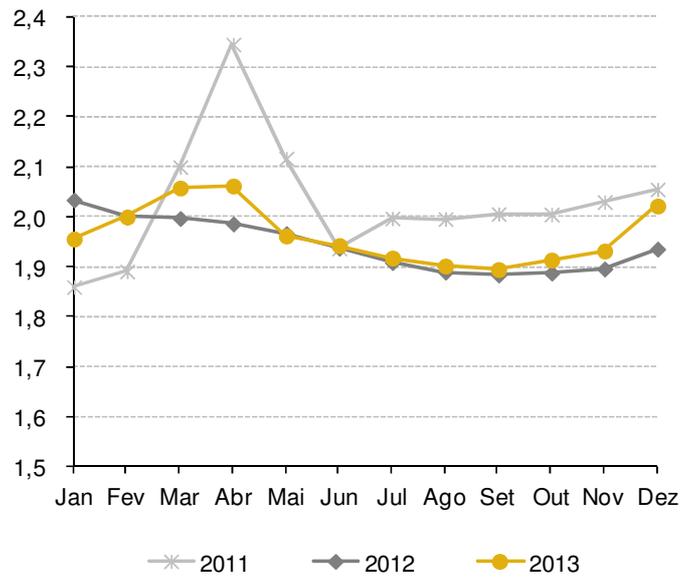
Proporcionalmente, as vendas de álcool passaram de 19% do universo de vendas do álcool e da gasolina em dezembro de 2012 para 22% em dezembro de 2013. Acredita-se que a expansão nas vendas do álcool etílico hidratado seja causada pelo aumento no preço da gasolina fazendo com que a demanda transite de um produto para outro.

Em dezembro de 2013, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 2,02/l, valor 4% superior ao registrado em dezembro de 2012.

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C¹
(milhão m³)



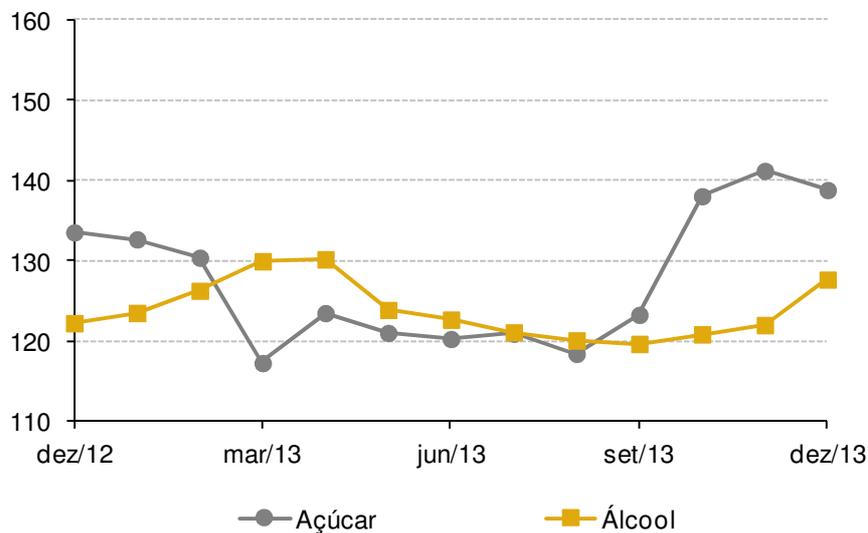
Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado
(R\$/ℓ)



¹Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Índice de Preço do Açúcar* e do Álcool Etílico Hidratado (jan/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.

4. Gás Natural

4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

Até o fechamento desta edição, a Agência Nacional do Petróleo não havia divulgado dados de produção, importação e oferta interna de gás natural. Seguem as últimas informações disponíveis.

A produção nacional diária média de gás natural, em dezembro de 2013, foi de 82 milhões m³, representando um aumento de 7% comparado à média verificada em dezembro de 2012. No acumulado do ano, a produção de gás natural foi 9% superior.

A importação de gás natural realizada pelo País, em dezembro de 2013, foi de 32 milhões m³/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 85 milhões m³/dia. Este montante é 7% inferior ao observado em dezembro de 2012. No acumulado do ano, a oferta total do gás natural foi 18% superior.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 35% em dezembro de 2013. Em dezembro de 2012, essa proporção havia sido de 32%.

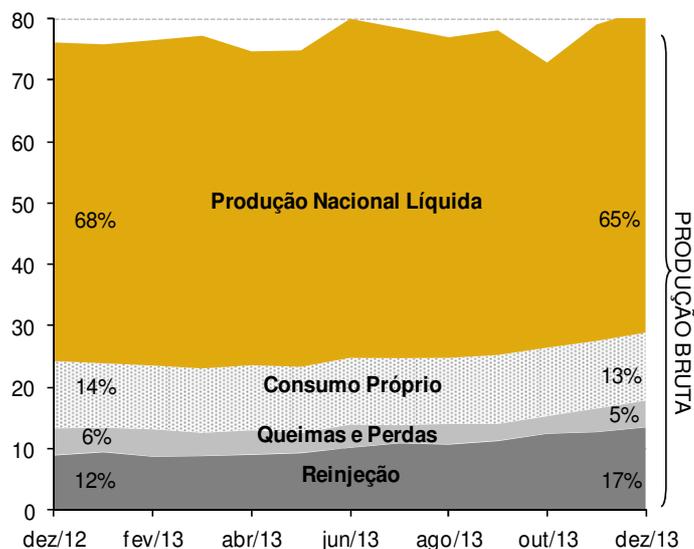
Balanco do Gás Natural no Brasil (mil m³/dia)

	Média em Dezembro/2012	Média do período Jan-Dez/2012	Média em Dezembro/2013	Média do período Jan-Dez/2013
Produção Nacional¹	76.182	70.761	81.576	77.193
- Reinjeção	8.966	9.706	13.500	10.601
- Queimas e Perdas	4.325	3.954	4.334	3.564
- Consumo Próprio	10.949	10.600	11.040	10.816
= Produção Nac. Líquida	51.942	46.500	52.702	52.211
+ Importação	39.184	35.850	31.967	45.271
= Oferta	91.126	82.350	84.669	97.482

¹Não inclui Gás Natural Liquefeito.

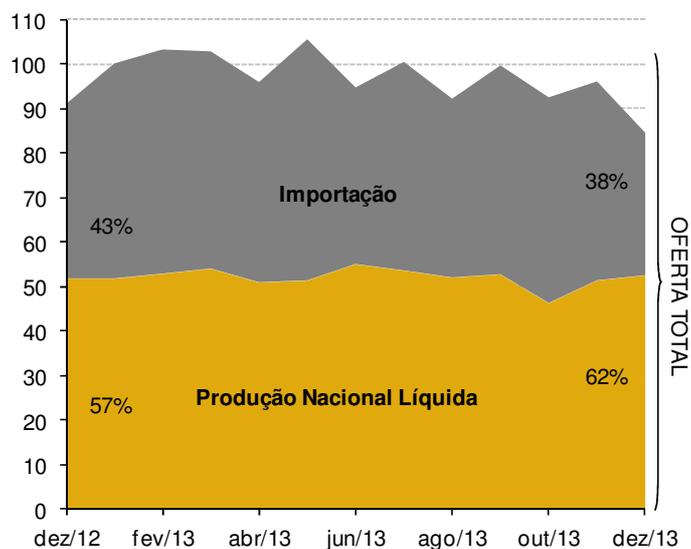
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Produção Nacional Bruta de Gás Natural
(milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Oferta Total de Gás Natural
(milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

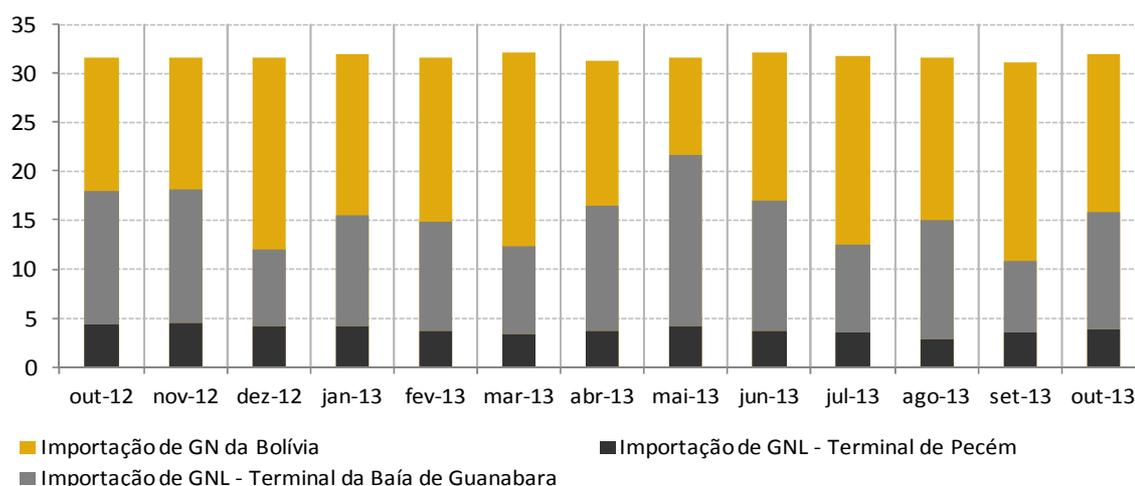
4.2. Importação Média de Gás Natural (MME)

Até o fechamento desta edição, o Ministério de Minas e Energia não havia divulgado dados de importação de gás natural. Seguem as últimas informações disponíveis.

A importação média de Gás Natural da Bolívia, em novembro de 2013, foi de 32 milhões de m³/dia, volume 1% superior ao observado no mesmo mês de 2012. No acumulado do ano, a importação média foi de 32 milhões de m³/dia, volume 17% superior ao importado no mesmo período de 2012.

Em novembro de 2013, a importação média de Gás Natural Liquefeito (GNL) totalizou 15 milhões m³/dia, volume 18% inferior ao montante observado em novembro de 2012. De janeiro a novembro de 2013, a importação média de GNL foi de 14 milhões m³/dia o que representa um crescimento de 63% no volume importado quando comparado ao mesmo período de 2012..

Importação de Gás Natural (milhões m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia.

4.3. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo de gás natural no País em janeiro de 2014 foi, em média, de 62 milhões de m³/dia. Essa média é 7% inferior ao volume médio diário consumido em janeiro de 2013. O setor industrial, em janeiro de 2014, consumiu 28 milhões de m³/dia de gás natural, sendo 2% superior ao mesmo mês do ano anterior.

Consumo de Gás Natural por Segmento

	Médio (mil m ³ /dia)	Variação %
	Janeiro/2014	Jan-2014/ Jan/2013
Industrial	27.798	2
Automotivo	4.799	-2
Residencial	676	3
Comercial	673	3
Geração Elétrica	22.796	-23
Co-geração*	2.364	-2
Outros	3.139	-32
Total	62.245	-11

*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

O setor da indústria foi responsável por 45% do consumo de gás natural em janeiro de 2014. O setor foi seguido pela geração elétrica, responsável por 37% do volume total de gás consumido no mesmo mês.

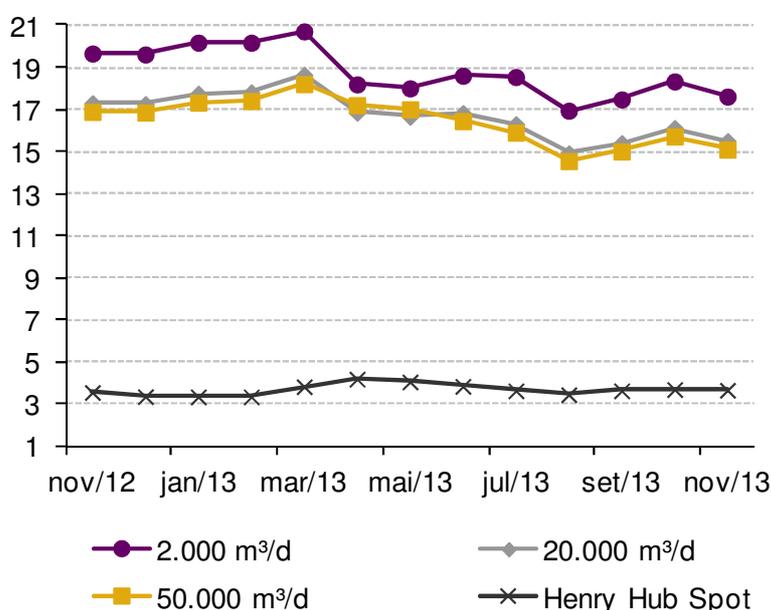
4.4. Preço do Gás Natural (MME).

Até o fechamento desta edição, o Ministério de Minas e Energia não havia divulgado dados referentes ao preço médio do gás natural ao consumidor industrial. Seguem as últimas informações disponíveis.

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em novembro de 2013, foi de US\$ 16,07/MMBTU, valor 12% superior ao observado em novembro de 2012 (US\$ 17,95/MMBTU). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em novembro de 2013, o preço médio do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US\$ 3,64/MMBTU, valor 3% superior ao apresentado em novembro de 2012 (US\$ 3,54/MMBTU). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega do dia seguinte.

Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial¹ e do Mercado Spot Henry Hub² (US\$/MMBTU)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).

¹ Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

² Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

5. Telecomunicações

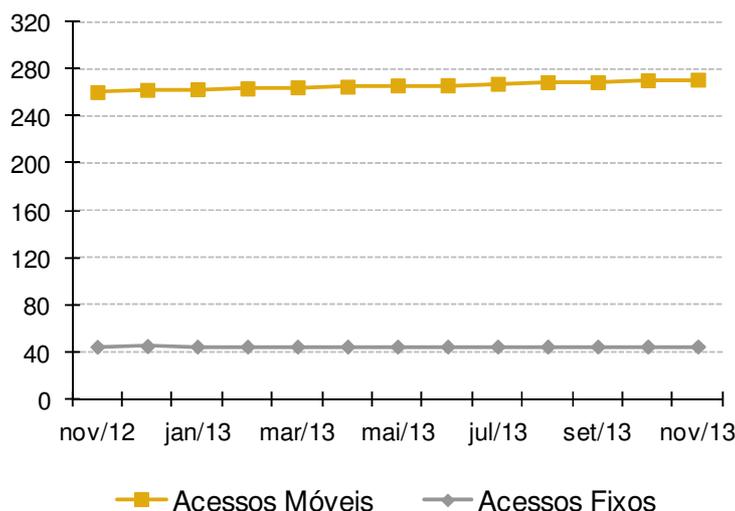
5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis (ANATEL)

Até fechamento desta edição, a ANATEL não havia atualizado os dados referentes aos serviços de telefonia fixa. Seguem as últimas informações disponíveis.

Em novembro de 2013, o número de acessos móveis em operação foi de 271 milhões, montante 4% superior ao mesmo mês do ano anterior. O crescimento da quantidade de acessos nos últimos 12 meses tem sido de aproximadamente 0,3% ao mês.

Desde dezembro de 2008, os acessos fixos apresentam tendência de estagnação. Em novembro de 2013, o número de acessos fixos foi de 44,4 milhões, valor próximo ao averiguado em novembro de 2012.

Evolução dos Acessos Móveis e Fixos em Operação (milhão)



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

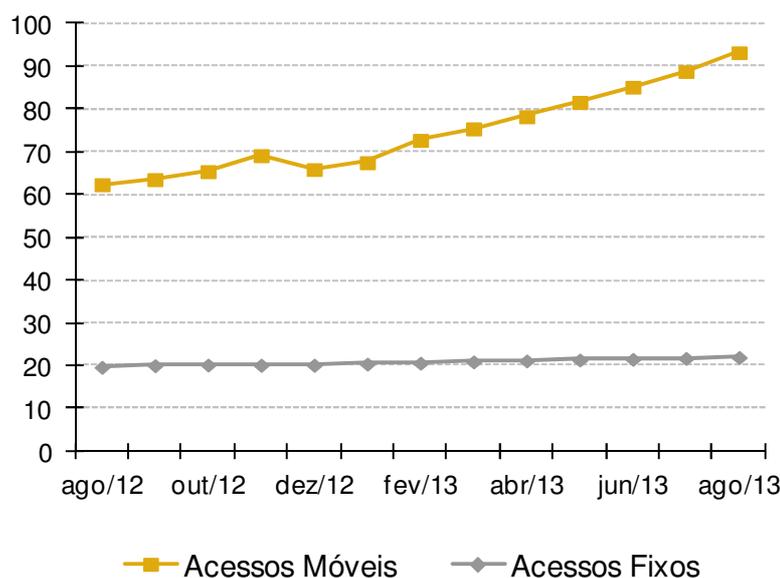
5.2. Serviços Contratados Ativos de Internet Móvel e Fixa (ANATEL)

Até fechamento desta edição, a ANATEL não havia atualizado os dados referentes aos serviços contratados ativos de internet móvel e fixa. Seguem as últimas informações disponíveis.

O número total de acessos de internet móvel ativos comercializados em agosto de 2013 foi de 93,3 milhões, montante 49% superior ao observado no mesmo período de 2012. Em relação a julho de 2013, os acessos de internet móvel foram 5% superiores. Uma pequena parcela desse crescimento se deve à entrada dos dados da rede LTE (4G) que passou a operar desde o início de maio.

Os acessos totais de internet fixa vêm crescendo em ritmo inferior ao observado nos últimos meses. Houve no mês de agosto de 2013, um crescimento de 12% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Em relação a julho de 2013, os acessos a internet fixa foram 1% superiores.

Evolução do Total de Acessos ativos de Internet Móvel¹ e Fixa² (milhão)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANATEL

¹ WCDMA, LTE, M2M e Banda Larga Móvel

² Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)

6. Transportes

6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Em janeiro de 2014, a movimentação de granel sólido nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) teve um aumento de 2% em relação a janeiro de 2013, e a movimentação de granel líquido aumentou 4% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

A movimentação total de cargas nos portos públicos e TUPs, em janeiro de 2014, foi 1% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Em janeiro de 2014, os TUPs representaram 71% da movimentação total de carga nos portos e terminais. A movimentação total nos TUPs foi de 43.727 mil toneladas, volume 1% inferior ao de janeiro de 2013. Os portos públicos movimentaram 18.158 mil toneladas em janeiro de 2014, volume 6% superior em comparação com mesmo mês do ano anterior.

A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do país em janeiro de 2014 foi de 656 mil TEUs (twenty-foot equivalent unit), montante 19,8% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Movimentação Total de Cargas – por natureza* (mil t)

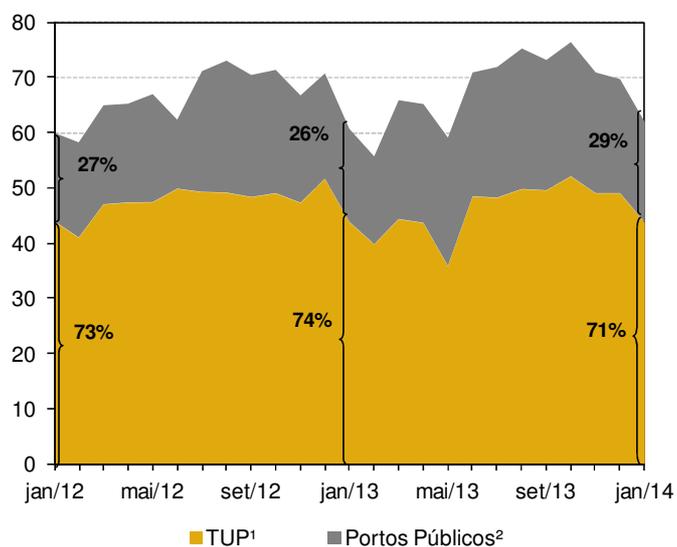
	Período		Varição %
	Jan/2013	Jan/2014	Jan-2014 / Jan-2013
Granel Sólido (a)	39.292	39.967	2%
<i>Portos Públicos</i>	11.779	12.946	10%
<i>TUPs</i>	27.513	27.021	-2%
Granel Líquido (b)	17.910	18.566	4%
<i>Portos Públicos</i>	3.919	3.993	2%
<i>TUPs</i>	13.991	14.573	4%
Carga Geral Solta (c)	3.902	3.351	-14%
<i>Portos Públicos</i>	1.373	1.219	-11%
<i>TUPs</i>	2.529	2.133	-16%
Total (a+b+c)	61.104	61.885	1%
<i>Portos Públicos</i>	17.070	18.158	6%
<i>TUPs</i>	44.034	43.727	-1%

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

* Terminais de uso privativo (96 instalações)

Portos públicos (33 instalações)

Movimentação Total de Cargas (milhões t)

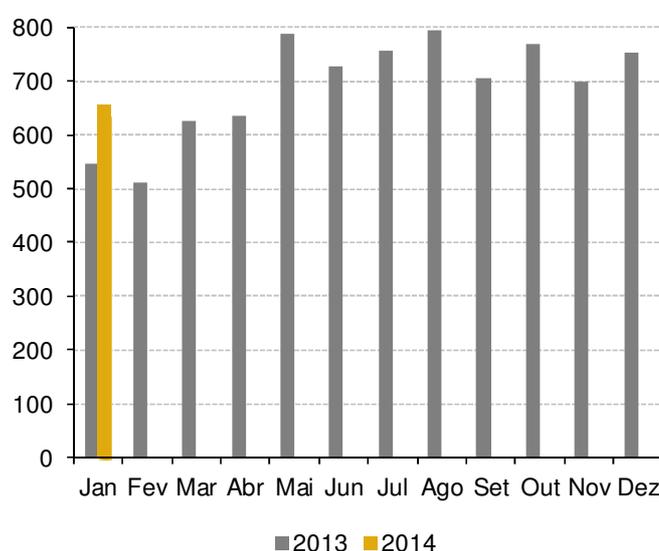


Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

¹ Terminais de uso privativo (97 instalações)

² Portos públicos (32 instalações)

Movimentação Total de Contêineres* (milhões TEUs)



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

¹ Terminais de uso privativo (97 instalações)

² Portos públicos (32 instalações)

6.2. Transporte Aéreo (INFRAERO)

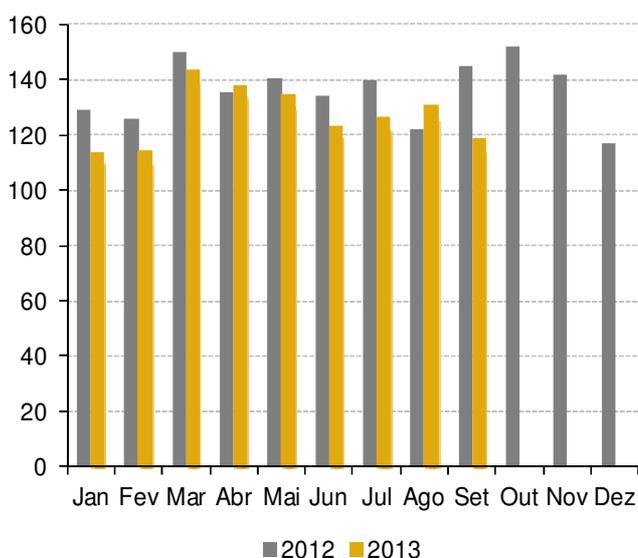
Até o fechamento desta edição, aeroportos privados não divulgaram dados de movimentação de passageiros e cargas. Seguem as últimas informações disponíveis.

Devido às concessões dos aeroportos a Infraero reformulou a metodologia de coleta de dados. Seguem as informações referentes a Infraero Cargo junto às informações disponibilizadas pelas concessionárias dos aeroportos de Guarulhos, Campinas e Brasília.

Em setembro de 2013, 16,1 milhões de passageiros transitaram pelos principais aeroportos brasileiros, volume igual ao ocorrido no mesmo mês de 2012.

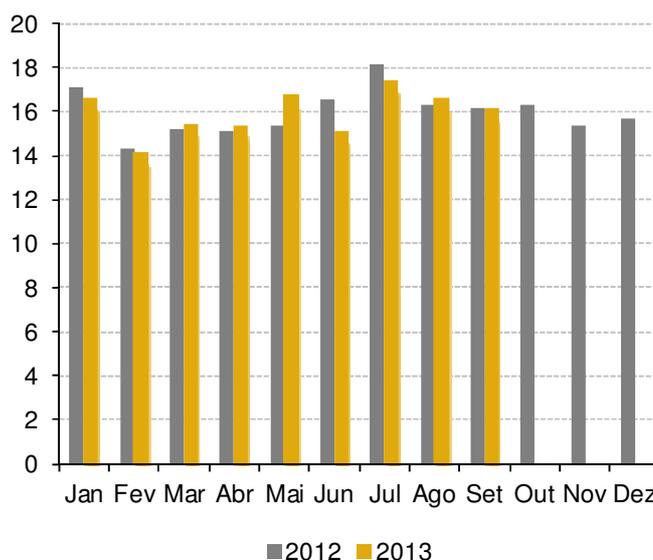
A movimentação de carga aérea total no País, em setembro de 2013, foi de 119 mil toneladas, montante 18% inferior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior.

Movimentação mensal de Cargas
(mil toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

Movimentação mensal de Passageiros
(mil)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, de janeiro de 2014, foi de 36 milhões de toneladas úteis (TUs), valor similar ao observado no mesmo intervalo de 2012. Nesse período, a movimentação de soja e farelo de soja foi o setor que apresentou maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias (56%). O minério de ferro correspondeu a 80% do total movimentado em janeiro de 2014.

Movimentação de Mercadorias nas Ferrovias – Jan

Ano	2014	2013	Variação (%)
Mercadoria	Jan (mil TU)	Jan (mil TU)	acum-14/ acum-13
Minério de Ferro	28.835	28.096	3
Produção Agrícola (exceto soja)	1.682	2.473	-32
Indústria Siderúrgica	1.103	1.208	-9
Carvão/Coque	934	787	19
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	711	769	-8
Soja e Farelo de Soja	696	446	56
Grãos Minerais	648	658	-2
Extração Vegetal e Celulose	471	366	28
Aubos e Fertilizantes	317	425	-25
Indústria Cimenteira e Construção Civil	253	252	0
Container	233	221	5
Cimento	231	236	-2
Carga Geral - Não Containerizada	20	15	34
Total	36.132	35.953	0

6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em janeiro de 2014, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 54 milhões de toneladas, montante similar ao averiguado em janeiro do ano anterior. O modo marítimo continua apresentando a maior participação nas movimentações, com 95%.

Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t	Variação
	Jan/2014	Jan-2014 / Jan-2013
Marítimo	51.382	3
Fluvial	941	54
Aéreo	115	-14
Ferroviário	46	-30
Rodoviário	792	-15
Outros*	953	-1
Total	54.230	0

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

*Linha de transmissão, tubo-conduto, postal, próprio, lacustre.

7. Investimentos Privados em Infraestrutura

7.1. Desembolsos do BNDES

Até o fechamento desta edição, o Banco Nacional do Desenvolvimento não havia divulgado os dados referentes ao seu desembolso mensal. Seguem as últimas informações disponíveis.

Em dezembro de 2013, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 9,8 bilhões, valor 20% inferior ao aportado em dezembro de 2012.

Desembolso mensal BNDES

Setor	Dezembro/2012	Dezembro/2013	Participação
	R\$ milhão	R\$ milhão	%
Refino e Álcool	875	2.082	21
Energia Elétrica e Gás Natural	4.965	5.100	52
Saneamento	143	460	5
Telecomunicações	3.138	405	4
Transporte	3.220	1.783	18
<i>Aéreo</i>	515	0	-
<i>Aquaviário</i>	310	520	-
<i>Terrestre</i>	2.395	1.263	-
Total Infraestrutura	12.341	9.830	100

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

8. Execução do Orçamento da União (SIAFI)

8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada para o Orçamento da União de 2014 foi de, aproximadamente, R\$ 2,4 trilhões. Deste valor, aproximadamente R\$ 82 bilhões correspondem à alínea “investimentos”, o que representa 3% do orçamento total de 2014.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto, R\$ 15,8 bilhões o que representa 61% da sua dotação total.

Do orçamento de investimentos da União para 2014, foram empenhados R\$ 8,0 bilhões, o que representa 10% da dotação autorizada. Até o dia 26 de fevereiro, foram liquidados R\$ 416 milhões e pagos do orçamento aproximadamente R\$ 332 milhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 8,0 bilhões.

8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 15,8 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2014, foram empenhados R\$ 1,7 bilhão (11% da dotação). Até o dia 26 de fevereiro, foram liquidados R\$ 3 milhões e não houve valor pago do orçamento. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 982 milhões.

Cerca de 80% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 12,5 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 2,3 bilhões, ou 15%), hidroviário (R\$ 244 milhões) e outros (R\$ 780 milhões). A modalidade portuária apresenta somente restos a pagar pagos no valor de R\$ 3 milhões até dia 26 de fevereiro.

8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2014, cerca de R\$ 472 milhões em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 7,7 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 13,6 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 79,3 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2014.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 7% foram pagos até 26 de fevereiro (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 9% do total de restos a pagar inscritos.

9. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (SIAFI) (Tabela IV)

Para 2014, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC apresenta dotação de R\$ 61,8 bilhões no orçamento da União, de acordo com o SIAFI. Desse total, foram alocados 35% no Ministério das Cidades (R\$ 21,6 bilhões) e 24% no Ministério dos Transportes (R\$ 14,6 bilhões), principais executores do chamado “PAC Orçamentário”, que considera somente os recursos do Orçamento Geral da União.

No âmbito do PAC, a União empenhou R\$ 6,4 bilhões (10% do orçamento autorizado) e liquidou R\$ 311 milhões até 26 de fevereiro. Foram pagos R\$ 286 milhões do orçamento de 2014. Os restos a pagar pagos somaram, aproximadamente, R\$ 9,2 bilhões. Restam R\$ 60 bilhões em restos a pagar não pagos nos projetos do PAC Orçamentário.

ANEXOS

Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2014 Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 26/02/2014*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	1.701	7	0	0	0	0	0	47	48	980
MAPA	1.164	0	0	0	0	0	0	40	40	1.387
MCTI	1.303	222	17	46	4	1	0	83	84	1.180
MDIC	168	7	4	1	1	1	1	3	4	84
MME	145	157	109	0	0	0	0	9	9	78
M. Transportes	15.827	1.711	11	3	0	0	0	981	982	13.060
M. Comunicações	60	3	4	0	0	0	0	14	14	150
MMA	174	5	3	0	0	0	0	5	5	127
MDA	667	46	7	0	0	0	0	905	905	3.441
M. Defesa	9.385	3.797	40	285	3	270	3	2.177	2.447	5.450
M. Int. Nacional	7.631	629	8	14	0	13	0	282	295	6.219
M. das Cidades	10.073	296	3	0	0	0	0	449	449	14.417
Outros**	33.979	1.120	3	67	0	47	0	2.624	2.670	32.341
Total	82.276	8.001	10	416	1	332	0	7.619	7.952	78.914

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

** Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes – OGU 2014 Investimentos – Por Modalidade

Valores em final de período - atualizados até 26/02/2014*

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Ferrovário	2.325	622	27	3	0	0	0	31	31	1.596
Hidroviário	244	2	1	0	0	0	0	2	2	365
Portuário	0	0	0	0	0	0	0	3	3	17
Rodoviário	12.478	1.062	9	0	0	0	0	907	907	10.564
Outros	780	25	3	0	0	0	0	38	38	518
Total	15.827	1.711	11	3	0	0	0	981	982	13.060

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2014

Restos a Pagar Processados

Valores em final de período - atualizados até 26/02/2014* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	472	-0	369	103
União	7.679	-100	2.703	4.876

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Restos a Pagar Não-Processados

Valores em final de período - atualizados até 26/02/2014* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	13.639	-69	613	12.957
União	79.284	-330	4.916	74.038

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela IV - Execução Orçamentária da União - OGU 2014 PAC - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 26/02/2014*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	3.717	20	1	0	0	0	0	367	367	1.212
M. Planejamento	2	0	16	0	2	0	2	0	0	0
MAPA	0	0	0	0	0	0	0	1	1	670
MCTI	0	0	0	0	0	0	0	11	11	21
M. Fazenda	80	0	0	0	0	0	0	0	0	80
MEC	6.629	38	1	1	0	1	0	776	777	6.041
MDIC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
M. Justiça	0	0	0	0	0	0	0	2	2	1
M. Minas e Energia	247	248	100	10	4	7	3	58	65	257
M. Saúde	2.397	19	1	4	0	0	0	155	155	3.664
M. Trabalho e Emprego	5	0	0	0	0	0	6	0	0	0
M. Transportes	14.640	1.711	12	3	0	0	0	1.211	1.211	13.212
M. Comunicações	1	0	0	0	0	0	0	15	15	17
M. Cultura	166	1	1	0	0	0	0	85	85	478
M. Meio Ambiente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
MDA	38	2	6	0	0	0	0	868	868	2.553
M. Esporte	601	0	0	0	0	0	0	58	58	1.159
M. Defesa	4.943	3.481	70	280	6	265	5	1.648	1.913	2.434
M. Integr. Nacional	6.067	616	10	13	0	13	0	187	200	4.191
M. Turismo	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1.578
M. Desenv. Social	643	0	0	0	0	0	0	190	190	557
M. Cidades	21.584	297	1	0	0	0	0	3.559	3.559	22.004
Total	61.761	6.433	10	311	1	286	0	9.190	9.476	60.132

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Documento elaborado com dados disponíveis até 06 de março de 2014.